

Regulamento do Conselho Científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve

(Em cumprimento dos Estatutos da Faculdade de Ciências e Tecnologia, DR 103/2009, de 28 de maio)

Capítulo I

Composição

Artigo 1.º

Composição

1. A composição do conselho científico é a descrita no n.º 1 do artigo 17.º dos Estatutos da Faculdade de Ciências e Tecnologia.
2. O conselho científico, sob proposta de qualquer dos seus membros, pode convidar individualidades a participar, sem direito a voto, em algumas das suas reuniões.

Artigo 2.º

Presidente e Secretário

O conselho científico elege bienalmente, por escrutínio secreto, um presidente, de entre os professores catedráticos que dele fazem parte, e um secretário de entre todos os seus membros.

Artigo 3.º

Competências do presidente e do secretário

1. Compete ao presidente do conselho científico:
 - a) Convocar, dirigir, orientar e coordenar as reuniões do conselho e assegurar a execução das suas deliberações;
 - b) Representar o conselho científico, ou designar quem o represente, nas questões e atos relacionados com o ensino e a investigação, dando posteriormente conhecimento de todos os assuntos relevantes aos membros do órgão;
 - c) Praticar todos os atos que lhe sejam delegados pelo conselho científico, salvo disposição legal em contrário.
2. Compete ao secretário lavrar as atas e auxiliar o presidente na coordenação e preparação das reuniões.
3. O presidente do conselho científico é substituído, nas suas ausências e impedimentos, pelo membro do conselho científico mais antigo na categoria mais elevada.

4. O secretário do conselho científico, nas suas ausências e impedimentos, é substituído por um membro do conselho designado para o efeito pelo presidente.

Capítulo II

Organização e funcionamento

Artigo 4.º

Funcionamento

1. O conselho científico funciona em plenário.
2. O conselho científico pode criar comissões de carácter permanente ou temporário para fins específicos, as quais apresentam os resultados do seu trabalho ao conselho científico.
3. As tarefas de secretariado e de expediente inerentes ao funcionamento regular do conselho científico são asseguradas pelo pessoal administrativo disponibilizado pela Faculdade.

Artigo 5.º

Reuniões

1. O conselho científico reúne ordinariamente uma vez por mês.
2. A uma reunião podem corresponder várias sessões, as quais decorrem obrigatoriamente dentro de um período não superior a cinco dias úteis.
3. De cada reunião é lavrada uma ata, que contem um resumo de tudo o que nela tenha ocorrido, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações.
4. As atas são lavradas pelo secretário e submetidas à aprovação de todos os membros no final da respetiva reunião ou no início da seguinte, sendo assinadas, após a aprovação, pelo presidente e pelo secretário.
5. Nos casos em que o conselho científico assim o delibere, a ata é aprovada, em minuta, logo na reunião a que disser respeito.
6. A comparência às reuniões é obrigatória e precede sobre os demais serviços escolares, à exceção de exames, concursos e júris, devendo as faltas ser justificadas e cabendo ao presidente decidir sobre a aceitação das justificações apresentadas.
7. Na reunião de julho, que deve ocorrer na primeira quinzena do mês, o conselho científico discute as linhas gerais de orientação científica e pedagógica para o ano letivo seguinte.
8. Na reunião mencionada no número anterior o conselho delibera sobre quais as competências que serão delegadas no seu presidente para o ano letivo seguinte.

Artigo 6.º

Convocatórias

1. O presidente do conselho científico informa os membros sobre a data e hora das reuniões ordinárias com pelo menos dez dias úteis de antecedência.

2. As reuniões, ordinárias ou extraordinárias, são convocadas por correio eletrónico ou por escrito com, pelo menos, dois dias úteis de antecedência.
3. As convocatórias relativas às reuniões referidas no ponto anterior devem incluir a data, a hora e o local das reuniões, assim como a respetiva ordem de trabalhos.
4. A informação constante da convocatória, incluindo a ordem de trabalhos, deve também ser disponibilizada previamente a todos os docentes, assim como aos investigadores doutorados, da Faculdade, para conhecimento.

Artigo 7.º

Ordem de trabalhos

1. Cada reunião tem uma ordem de trabalhos previamente fixada pelo presidente do conselho científico.
2. O envio de assuntos, pelos membros do conselho científico, para constarem na ordem de trabalhos, deve ser dirigido ao presidente, por escrito ou por correio eletrónico, com um mínimo de cinco dias úteis de antecedência em relação à data da reunião.
3. Só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem de trabalhos da reunião, salvo se, tratando-se de reunião ordinária, pelo menos dois terços dos membros do conselho científico reconhecerem a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos.
4. A ordem de trabalhos das reuniões ordinárias deve incluir um ponto de informações, de duração determinada pelo presidente, onde são prestadas e solicitadas informações de âmbito geral.

Artigo 8.º

Quórum

1. O conselho científico só pode deliberar quando estiver presente a maioria dos seus membros com direito a voto.
2. Se, decorridos trinta minutos após a hora marcada na convocatória, não houver quórum, o presidente, ou quem o substitua, faz lavrar a ata registando a não realização da reunião por falta de quórum.
3. Não se verificando quórum na primeira convocatória, é convocada nova reunião com o intervalo de, pelo menos, 24 horas, podendo então o conselho deliberar, desde que esteja presente, pelo menos, um terço dos seus membros.
4. Quando, no decurso de uma reunião, se verificar quebra permanente de quórum, a sessão é considerada encerrada, prosseguindo-se a discussão da ordem de trabalhos em sessão seguinte.

Artigo 9.º

Deliberações e votações

1. As deliberações são tomadas por maioria absoluta dos votos dos membros presentes na reunião, salvo nos casos em que por disposição legal se exija outro tipo de maioria.
2. Em deliberações sobre nomeação de júris para concursos de professores catedráticos e para concursos de professores associados, votam só os membros de categoria igual ou superior à categoria em causa.

3. Em deliberações sobre a nomeação de júris para provas de agregação, votam só os professores catedráticos e professores associados com agregação.
4. Em caso de empate na votação, o presidente, ou quem o substitua, tem voto de qualidade, salvo se a votação se tiver efetuado por escrutínio secreto.
5. Havendo empate na votação por escrutínio secreto, procede-se imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, adia-se a deliberação para a reunião seguinte; se na primeira votação dessa reunião se mantiver o empate, procede-se a votação nominal.
6. São nulas e de nenhum efeito as deliberações tomadas quando:
 - a) Incidam sobre matéria estranha às atribuições e competências do conselho científico;
 - b) As reuniões em que forem tomadas não tenham sido regularmente convocadas;
 - c) Incidam sobre matéria fora da ordem de trabalhos das reuniões em que foram tomadas.

Artigo 10.º

Atas

1. As atas das reuniões, depois de aprovadas, devem ser disponibilizadas a todos os docentes, assim como aos investigadores doutorados da Faculdade.
2. Qualquer docente ou investigador da Faculdade pode pedir a reapreciação de qualquer decisão que tenha sido tomada pelo conselho, em requerimento dirigido ao seu presidente, devidamente fundamentado.
3. Após cada reunião é elaborada uma nota informativa contendo um resumo das decisões tomadas.

Artigo 11.º

Causa própria

1. Os membros do conselho científico não podem assistir a reuniões ou parte daquelas em que, segundo a lei, não devam tomar parte nas deliberações.
2. Os membros do conselho científico não participarão nas partes daquelas reuniões em que estejam pessoalmente envolvidos ou que digam respeito ao seu cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem viva em economia comum.

Capítulo III

Competências

Artigo 12.º

Competências do conselho científico

1. Compete ao conselho científico:
 - a) Elaborar, aprovar e modificar o seu regulamento;
 - b) Definir a política científica e elaborar o plano de desenvolvimento científico da Faculdade;

- c) Propor ou pronunciar-se sobre o plano de ensino da Faculdade, designadamente ao nível das linhas de orientação e programação;
- d) Pronunciar-se sobre a criação, transformação ou extinção de unidades orgânicas da Universidade;
- e) Aprovar as normas e regulamentos relativos aos critérios de distribuição de serviço docente;
- f) Deliberar sobre a distribuição de serviço docente da Faculdade, elaborada com base nas propostas dos conselhos de departamento, no formato previamente estabelecido pelo conselho científico, indicando os regentes das diferentes unidades curriculares e sujeitando-a à homologação do diretor da Faculdade;
- g) Propor ou pronunciar-se sobre a criação, suspensão ou extinção de cursos de 1.º e 2.º ciclo de estudos, ouvidos os departamentos envolvidos na sua lecionação;
- h) Propor ou pronunciar-se sobre a criação, suspensão ou extinção de programas de 3.º ciclo de estudos, ouvidos os centros de investigação das respetivas áreas científicas e os departamentos envolvidos na sua lecionação;
- i) Aprovar os planos de estudos dos ciclos de estudos ministrados, ouvidos os departamentos envolvidos na sua lecionação;
- j) Aprovar os regimes de transição entre planos de estudos, quando ocorram alterações curriculares, sob proposta das comissões de curso;
- k) Propor ou pronunciar-se sobre as atividades de formação ao longo da vida, e aprovar os regulamentos e os planos de estudos dos cursos e das ações de formação a realizar no âmbito dessas atividades;
- l) Aprovar as orientações pedagógicas e os métodos de ensino e de avaliação;
- m) Aprovar o regime de prescrições, transição de ano e precedências no quadro da legislação em vigor e dos critérios gerais definidos para a Universidade, quando existam;
- n) Pronunciar-se sobre o regulamento de avaliação do aproveitamento dos estudantes;
- o) Pronunciar-se sobre o calendário letivo;
- p) Decidir sobre equivalências e reconhecimentos de graus, diplomas, cursos e componentes de cursos e sobre a creditação de competências adquiridas, sob proposta das comissões de curso;
- q) Propor ou pronunciar-se sobre a instituição de prémios escolares;
- r) Propor ou pronunciar-se sobre a concessão de títulos ou distinções honoríficas;
- s) Propor ou pronunciar-se sobre a realização de acordos e de parcerias internacionais;
- t) Propor a composição dos júris de provas e de concursos académicos, ouvidos os departamentos das áreas científicas envolvidas;
- u) Praticar os outros atos previstos na lei relativos à carreira docente e ao recrutamento de pessoal docente e de investigação da Faculdade;
- v) Aprovar as normas e regulamentos internos aplicáveis ao recrutamento, promoção e renovação de contratos do pessoal docente e de investigação, tendo em atenção as normas legais em vigor e os critérios definidos pelo senado académico, quando existam;
- w) Aprovar os pedidos de licença sabática, ouvido o departamento a que pertence o requerente;
- x) Aprovar os planos de formação do corpo docente da Faculdade;

- y) Aprovar as normas e regulamentos internos relativos aos regimes especiais aplicáveis aos estudantes, tendo em atenção as normas legais em vigor e os critérios gerais definidos pelo senado académico, quando existam;
 - z) Pronunciar-se sobre as questões que lhe sejam colocadas por outros órgãos da Universidade ou da Faculdade;
 - aa) Nomear os docentes para as comissões de curso, ouvidos os departamentos maioritariamente envolvidos na lecionação;
 - bb) Pronunciar-se sobre a criação, transformação e extinção dos departamentos;
 - cc) Aprovar a integração dos docentes nos departamentos, ouvidos os próprios e os departamentos;
 - dd) Desempenhar as demais funções que lhes sejam atribuídas pela lei e pelos Estatutos da Faculdade.
2. Os membros do conselho científico não podem pronunciar-se sobre assuntos referentes a:
- a) Atos relacionados com a carreira de docentes com categoria superior à sua;
 - b) Concursos ou provas em relação aos quais reúnam as condições para serem opositores.

Artigo 13.º

Audição prévia

1. As deliberações do conselho científico sobre assuntos que envolvam recursos humanos e materiais de um ou vários departamentos devem ser objeto de audição prévia dos respetivos conselhos de departamento.
2. As deliberações relativas a cursos da Faculdade devem ser precedidas de audição das respetivas comissões de curso.

Capítulo IV

Eleições

Artigo 14.º

Eleição do presidente e do secretário

1. Até 10 dias úteis após a constituição do conselho científico, deve este reunir para proceder à eleição do presidente e do secretário.
2. As candidaturas, proposituras ou escusas fundamentadas poderão ser apresentadas anteriormente ou no início da reunião referida no número anterior.
3. Não havendo candidaturas nem proposituras a eleição faz-se por votação nominativa: para o presidente, de entre os professores catedráticos; para o secretário, de entre todos os membros do conselho científico.

4. A eleição efetua-se por escrutínio secreto, considerando-se eleito o membro que obtenha a maioria absoluta dos votos expressos, incluindo-se nestes os votos em branco.
5. Caso nenhum dos votados obtenha a maioria referida no ponto 4, realiza-se imediatamente uma segunda votação entre os dois membros mais votados, considerando-se então eleito o que obtiver a maioria relativa, procedendo-se, em caso de empate, a nova votação que se repete até que um dos candidatos obtenha a maioria relativa.
6. Caso um candidato único não obtenha a maioria absoluta dos votos expressos, é feita uma nova eleição, de acordo com o número 3.
7. Os mandatos do presidente e do secretário iniciam-se no primeiro dia útil após a eleição.

Artigo 15.º

Perda de mandato

1. O mandato dos membros cessa logo que se verifique perda da qualidade pela qual foram eleitos.
2. Perdem o mandato os membros do conselho que acumulem três faltas consecutivas ou cinco interpoladas, não justificadas.
3. Em caso de vacatura devem, no prazo máximo de 10 dias úteis e com uma antecedência de 5 dias úteis relativamente ao ato eleitoral, ser convocadas eleições intercalares a efetuar unicamente para fins de preenchimento da vacatura.
4. As eleições intercalares efetuam-se de acordo com o artigo 17º dos estatutos da Faculdade e nos termos do disposto nos números 4, a) e b), 5, 6 e 7 do mesmo artigo.
5. O diretor da Faculdade é responsável por desencadear o processo eleitoral.
6. O mandato dos membros substitutos corresponde ao tempo que restar dos mandatos dos membros cessantes.

Artigo 16.º

Substituições

Os membros do conselho científico não são substituídos nas suas ausências ou impedimentos.

Capítulo V

Disposições finais

Artigo 17.º

Revisão

A revisão deste regulamento pode ser feita a todo o momento, por iniciativa do presidente do conselho científico ou a pedido de pelo menos um terço dos seus membros e carece de aprovação por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções.

Artigo 18.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia imediato ao da sua homologação pelo reitor da Universidade do Algarve.